



HISTÓRIA DO BRASIL

Prof. Davidson Nichio (Abdulah)

BRASIL COLONIAL (1530 – 1822)

O Brasil Colônia, na História do Brasil, é a época que compreende o período de 1530 a 1822.

Este período começou quando o governo português enviou ao Brasil a primeira expedição colonizadora chefiada por Martim Afonso de Souza.

Em 1532, ele fundou o primeiro núcleo de povoamento, a Vila de São Vicente, no litoral do atual estado de São Paulo.

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Logo após a chegada dos portugueses à sua nova colônia, a primeira atividade econômica girava em torno da exploração do pau-brasil, existente em grande quantidade na costa brasileira, principalmente no nordeste do País. Esse período ficou conhecido como Ciclo do Pau-Brasil.

A exploração do pau-brasil foi meramente extrativista e não deu origem a uma ocupação efetiva.

O trabalho de derrubar árvores e preparar a madeira para embarque era feito pelos indígenas e uns poucos europeus que permaneciam em feitorias na costa. Explorado de forma predatória, as árvores próximas da costa desapareceram já na década de 1520.

Várias expedições foram enviadas por Portugal, visando reconhecer toda costa brasileira e combater os piratas e comerciantes franceses.

As mais importantes foram as comandadas por Cristóvão Jacques (1516 e 1526), que combateu os franceses.

Também Martim Afonso de Sousa (1532), combateu a pirataria francesa. Da mesma forma, ele instalou em São Vicente, a primeira povoação dotada de um engenho para produção de açúcar.

Para colonizar o Brasil e garantir a posse da terra, em 1534, a Coroa dividiu o território em 15 capitanias hereditárias. Estas eram imensos lotes de terra que se estendiam do litoral até o limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.

Esses lotes foram doados a capitães (donatários), pertencentes à pequena nobreza lusitana que, por sua conta promoviam a defesa local e a colonização.

A empresa açucareira foi escolhida, porque apresentava possibilidade de vir a ser um empreendimento altamente lucrativo, abastecendo o grande mercado de açúcar da Europa.

Foi no nordeste do país que a atividade açucareira atingiu seu maior grau de desenvolvimento, principalmente nas capitanias de Pernambuco e da Bahia.

Nos séculos XVI e XVII, o Nordeste tornou-se o centro dinâmico da vida social, política e econômica do Brasil.

O GOVERNO GERAL

O sistema de Governo Geral foi criado em 1548, pela Coroa, com o objetivo de organizar a administração colonial.

O primeiro governador foi Tomé de Souza (1549 a 1553), que recebeu do governo português, um conjunto de leis. Estas determinavam as funções administrativas, judicial, militar e tributária do Governo Geral.

O segundo governador geral foi Duarte da Costa (1553 a 1558), e o terceiro foi Mem de Sá (1558 a 1572).

Em 1572, depois da morte de Mem de Sá e de seu sucessor Dom Luís de Vasconcelos, o governo português dividiu o Brasil em dois governos cuja unificação só voltou em 1578:

- ✓ Governo do Norte, com sede em Salvador
- ✓ Governo do Sul, com sede no Rio de Janeiro

Em 1580, Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil, ficaram sob o domínio da Espanha, situação que perdurou até 1640. Este período é conhecido como Unificação Ibérica.

Em 1621, ainda sob o domínio espanhol, o Brasil foi novamente dividido em dois estados: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. Essa divisão durou até 1774, quando o Marquês do Pombal decretou a unificação.

A FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL COLÔNIA

Fundamentalmente três grandes grupos étnicos, o índio, negro africano e o branco europeu, principalmente o português, entraram na formação da sociedade colonial brasileira.

Os portugueses que vieram para o Brasil pertenciam a várias classes sociais em Portugal. A maioria era formada por elementos da pequena nobreza e do povo.

Também é preciso ter em conta que as tribos indígenas tinham línguas e culturas distintas. Algumas eram inimigas entre si e isto era usado pelos europeus quando desejavam guerrear contra os portugueses.



Da mesma forma, os negros trazidos como escravos da África possuíam crenças, idiomas e valores que foram sendo absorvidos pelos portugueses e indígenas.

No Brasil Colônia, o engenho era o centro dinâmico de toda a vida social. Isso possibilitava o “senhor da casa grande” concentrar em torno de si, grande quantidade de indivíduos e ter a autoridade máxima, o prestígio e o poder local.

Em torno do engenho viviam os mulatos, geralmente filhos dos senhores com escravas, o padre, os negros escravos, o feitor, o mestre do açúcar, os trabalhadores livres, etc.

AMEAÇAS AO DOMÍNIO PORTUGUÊS

Nos primeiros anos logo depois da descoberta, a presença de piratas e comerciantes franceses no litoral brasileiro foi constante.

A invasão francesa se deu em 1555, quando conquistaram o Rio de Janeiro, fundando ali a "França Antártica", sendo expulsos em 1567.

Em 1612, os franceses invadiram o Maranhão, ali fundaram a "França Equinocial" e a povoação de São Luís, onde permaneceram até 1615, quando foram novamente expulsos.

Os ataques ingleses no Brasil se limitaram a assaltos de piratas e corsários que saquearam alguns portos. Invadiram as cidades de Santos e Recife e o litoral do Espírito Santo.

As duas invasões holandesas no Brasil se deram durante o período em que Portugal e o Brasil estavam sob o domínio espanhol. A Bahia, sede do Governo Geral do estado do Brasil, foi invadida, mas a presença holandesa durou pouco tempo (1624-1625).

Em 1630, a capitania de Pernambuco, o maior centro açucareiro da colônia, foi invadida por tropas holandesas.

A conquista foi consolidada em 1637, com a chegada do governante holandês o conde Maurício de Nassau. Ele conseguiu firmar o domínio holandês em Pernambuco e estendê-lo por quase todo o nordeste do Brasil.

A cidade do Recife, o centro administrativo, foi urbanizada, saneada, pavimentada, foram construídos pontes, palácios e jardins. O governo de Maurício de Nassau chegou ao fim em 1644, mas os holandeses só foram expulsos em 1654.

O SÉCULO DO OURO E DOS DIAMANTES

A procura de metais preciosos sempre constituiu o sonho dos colonizadores. As descobertas começaram na década de 1690, na região de Minas Gerais.

A partir daí se espalhou em várias partes do território nacional. No século XVIII a mineração era a grande fonte de riqueza da metrópole.

O Ciclo do Ouro e do Diamante foram responsáveis por profundas mudanças na vida do Brasil colônia, com o crescimento urbano e do comércio.

A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

Em 1640, Portugal contava apenas com as rendas do Brasil. Por isso passou a exercer um controle mais rígido sobre a arrecadação de impostos e as atividades econômicas, chegando a proibir o comércio com estrangeiros.

O descontentamento com a política econômica da metrópole fez surgir algumas revoltas, entre elas:

- ✓ Revolta de Beckman (1684), no Maranhão
- ✓ Guerra dos Emboabas (1708-1709), em Minas Gerais
- ✓ Guerra dos Mascates (1710), em Pernambuco

Em fins do século XVIII, teve início os movimentos que tinham como objetivo libertar a colônia do domínio português, entre elas:

- ✓ Inconfidência Mineira (1789)
- ✓ Conjuração Baiana (1798)

No início do século XIX, as condições para a emancipação brasileira estavam maduras. Contribuíram também a conjuntura criada pelas Guerras Napoleônicas e pela Revolução Industrial Inglesa.

Com a invasão de Portugal, a sede do reino transferiu-se para o Brasil. Em 1822, deu-se o passo decisivo para consolidar a Independência do Brasil.

O PERÍODO JOANINO

Em janeiro de 1808 e com o apoio da Inglaterra, a família real portuguesa chegou ao Brasil. Cerca de 15 mil pessoas vieram com eles, o que totalizou cerca de 2% da população portuguesa da época. Eles se instalaram na capital do Rio de Janeiro e permaneceram durante 12 anos ali.

Ameaçados pela invasão do francês Napoleão Bonaparte, a família Real deixou Portugal para garantir que o país continuasse independente.

Isso porque Napoleão decretou o Bloqueio Continental em 1806, determinando o fechamento dos portos aos navios ingleses.



Portugal, que apoiava a Inglaterra e tinha grande relação comercial com esse país, não se submeteu ao bloqueio. Isso levou a invasão de Napoleão às terras lusitanas. Sendo assim, em outubro de 1807, D. João e o rei da Inglaterra Jorge III, assinaram um decreto que transferia a sede monárquica de Portugal para o Brasil.

Além disso, Portugal se comprometia a assinar um tratado de comércio com a Inglaterra, quando chegasse ao Brasil.

Foi dessa maneira que em 1808 o Pacto Colonial, um acordo comercial entre a colônia e a metrópole, chega ao fim. Nesse ano, Dom João instituiu a “Carta Régia”, a qual permitia a abertura dos portos a outras nações amigas, inclusive a Inglaterra.

Diante disso, a economia do país alavancou, no entanto, impediu o desenvolvimento das manufaturas no Brasil. Isso porque grande parte dos produtos eram importados da Inglaterra.

Os produtos ingleses tinham uma menor taxa alfandegária em relação aos outros países. Eles pagavam 15%, enquanto as outras nações cerca de 24%.

Além da economia, o país, e sobretudo a capital, que até então era o Rio de Janeiro, sofreram diversas mudanças.

Muitas obras de caráter público foram erigidas nesse período, por exemplo, a casa da moeda, o banco do Brasil, o jardim botânico, dentre outras.

Na educação e na cultura, esse período marcou diversos avanços nessas áreas. Isso porque muitos investimentos foram feitos, o que podemos confirmar com a construção da Biblioteca Real, da Academia Real de Belas Artes, da Imprensa Real, além das escolas de medicina.

Esse período da história do Brasil influenciou diretamente no processo de independência do país. Isso porque em 1815 a administração do governo joanino extinguiu a condição de colônia ao Brasil. Foi assim que o país recebeu o título de “Reino Unido de Portugal e Algarves”, tornando-se a sede administrativa de Portugal. Esse fato deixou muito descontentes os portugueses que estavam em Portugal. Com isso, eles exigiam o retorno de Dom João IV, que por fim, retorna à Portugal para a Revolução Liberal do Porto, em abril de 1821. Esse evento marcou o fim do período joanino.

Em seu lugar permanece seu filho, Dom Pedro I. O príncipe regente governou o país de 1822 a 1831, estabelecendo em 1824, a primeira Constituição do país.

Quando Portugal exigiu seu retorno, ele se recusou a voltar para a metrópole. Sendo assim, no dia 07 de setembro de 1822, ele declara a Independência do Brasil.

EXERCÍCIOS SÉRIE AULA

1. A Bahia é cidade d’El-Rei, e a corte do Brasil; nela residem os Srs. Bispo, Governador, Ouvidor-Geral, com outros oficiais e justiça de Sua Majestade; [...]. É terra farta de mantimentos, carnes de vaca, porco, galinha, ovelhas, e outras criações; tem 36 engenhos, neles se faz o melhor açúcar de toda a costa; [...] terá a cidade com seu termo passante de três mil vizinhos Portugueses, oito mil Índios cristãos, e três ou quatro mil escravos da Guiné.

(Fernão Cardim. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1997.)

O padre Fernão Cardim foi testemunha da colonização portuguesa do Brasil de 1583 a 1601. O excerto faz uma descrição de Salvador, sede do Governo-Geral, referindo-se, entre outros aspectos, à

- incorporação pelos colonizadores dos padrões culturais indígenas.
- ligação da atividade produtiva local com o comércio internacional.
- miscigenação crescente dos grupos étnicos presentes na cidade.
- existência luxuosa da nobreza portuguesa na capital da colônia.
- dependência da população em relação à importação de produtos de sobrevivência.

2.

Que Deus entendeu de dar
A primazia
Pro bem, pro mal
Primeira mão na Bahia
Primeira missa
Primeiro índio abatido também
Que Deus deu

Que Deus entendeu de dar
Toda magia
Pro bem, pro mal
Primeiro chão da Bahia
Primeiro carnaval
Primeiro pelourinho também

Gilberto Gil, *Toda menina baiana*. In.: CD *Realce*, Warner: 1979.
Trecho disponível em <https://www.lettras.mus.br/gilberto-gil/46249>.

Acesso em 24 jul 2017.

Com base no trecho da música acima, é possível afirmar historicamente que:

- A primeira missa na Bahia foi feita pelos portugueses com o intuito de converter os índios ao catolicismo e assim evitar que fosse feita uma guerra contra eles.
- Para o bem ou para o mal, a Bahia foi o primeiro local no Brasil em que os portugueses colocaram suas mãos.



- c) O carnaval sempre foi feito durante as festas profanas que acontecem ao redor das festas religiosas católicas. Assim, esse texto seria uma metáfora para entender as contradições do Brasil: carnavalesco e religioso.
- d) Deus seria a entidade que moveria a história dos homens. Os homens apenas reproduziriam as suas vontades. A vontade de Deus, “pro bem ou pro mal”, espalhou o cristianismo pelo mundo, uma das principais instituições colonialistas dos séculos XV até os dias atuais.
- e) Ao destacar o abate indígena, o pelourinho e as missas religiosas, o autor chama atenção para o caráter violento da colonização brasileira.
3. “É verdade que antes da união das monarquias ibéricas, em 1580, ao manter uma boa relação com os portugueses, os flamengos frequentavam os portos brasileiros e a cidade de Lisboa carregando açúcar em suas urcas, levando-o a refinar em Flandres e distribuindo-o por via terrestre e fluvial por toda a Europa central. De sua embarcação tão características, ficou a lembrança na toponímia carioca, através do morro que evoca a sua forma.”

PRIORI, Mary del. *Histórias da gente brasileira*: volume 1: colônia. São Paulo: Editora LeYa, 2016. Página 69.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período colonial da história do Brasil é correto afirmar, **exceto**:

- a) Durante a União Ibérica, holandeses e espanhóis formaram a Companhia das Índias Ocidentais e dividiram os lucros da comercialização do açúcar produzido no Brasil e levado para a Europa.
- b) Com a União Ibérica acirraram-se os conflitos entre a Espanha e a Holanda. Com a proibição espanhola da parceria comercial entre holandeses e produtores de açúcar no Brasil, os flamengos invadiram o nordeste.
- c) Maurício de Nassau, administrador holandês em Pernambuco, promoveu reformas urbanas e manteve uma boa relação com os senhores de engenho.
- d) A revolta conhecida como Insurreição Pernambucana acabou determinando a saída dos holandeses do nordeste brasileiro e teve como consequência uma crise na empresa açucareira brasileira.
4. A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo.

(Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*, 1989.)

O excerto descreve o complexo funcionamento do Brasil durante a colônia e o Império. Uma de suas consequências para a história brasileira foi

- a) a utilização de um mesmo padrão tecnológico nas sucessivas fases da produção de mercadorias de baixo custo.
- b) a existência de uma produção de mercadorias inteiramente voltada para o abastecimento do mercado interno.
- c) a liberdade de decisão política do grupo dominante local enriquecido com a exploração de riquezas naturais.
- d) a ausência de diferenças regionais econômicas e culturais durante o período colonial e imperial.
- e) a manutenção de determinadas relações sociais num quadro de modificações do centro dinâmico da economia.
5. Nos anos finais do século XVIII, uma série de medidas tomadas por Portugal tencionou as relações políticas entre alguns setores da população da colônia, proporcionando condições para algumas manifestações de insatisfação, tal qual a Inconfidência Mineira. A respeito desse movimento, assinale a afirmativa correta.
- a) Movimento de ruptura com a metrópole que intencionava romper com a escravidão e proclamar a independência de todo o território brasileiro de Portugal.
- b) Movimento de ruptura com a metrópole deflagrado, especialmente, por uma elite ilustrada que rejeitava o aumento dos impostos e a espoliação do fisco colonial.
- c) Movimento de ruptura com a metrópole que pretendia romper os laços comerciais com Portugal, exigindo o livre comércio e a abertura dos portos às nações amigas.
- d) Um levante bem-sucedido por meio do qual as classes mais baixas implantaram a república durante alguns anos, até quando foram vencidos pelos portugueses.
- e) Um levante mal sucedido que ocasionou no enforcamento de vários inconfidentes, entre eles Tiradentes, que foi exemplificado por ser a principal liderança do movimento.

6. Na edição de julho de 1818 do *Correio Braziliense*, o jornalista Hipólito José da Costa, residente em Londres, publicou a seguinte avaliação sobre os dilemas então enfrentados pelo Império português na América:

A presença de S.M. [Sua Majestade Imperial] no Brasil lhe dará ocasião para ter mais ou menos influência naqueles acontecimentos; a independência em que el-rei ali se acha das intrigas europeias o deixa em liberdade para decidir-se nas ocorrências, segundo melhor convier a seus interesses. Se volta para Lisboa, antes daquela crise se decidir, não poderá tomar parte nos arranjos que a nova ordem de coisas deve ocasionar na América.

Nesse excerto, o autor referia-se

- a) aos desdobramentos da Revolução Pernambucana do ano anterior, que ameaçara o domínio português sobre o centro-sul do Brasil.
- b) às demandas da Revolução Constitucionalista do Porto, exigindo a volta imediata do monarca a Portugal.
- c) à posição de independência de D. João VI em relação às pressões da Santa Aliança para que interviesse nas guerras do rio da Prata.
- d) às implicações que os movimentos de independência na América espanhola traziam para a dominação portuguesa no Brasil.
- e) ao projeto de D. João VI para que seu filho D. Pedro se tornasse imperador do Brasil independente.

BRASIL IMPERIAL (1822 – 1889)

PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

D. Pedro I (1798-1834) foi aclamado “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”, fato que se oficializou no dia 12 de outubro de 1822. Era o início do Império, embora a coroação apenas tenha sido realizada no dia 1º de dezembro de 1822.

Depois de coroado, D. Pedro teve que enfrentar a difícil situação criada por algumas províncias onde as Juntas Governamentais eram dominadas por portugueses.

A separação entre o Brasil e Portugal não foi aceita, e declarando-se fieis às Cortes de Lisboa não o reconheciam como governante.

A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO

A Assembleia Constituinte foi convocada por D. Pedro I, no dia 3 de junho de 1822, no entanto, só se reuniu pela primeira vez no dia 3 de maio de 1823, para elaborar a primeira Constituição do Brasil.

A declaração de D. Pedro de que defenderia a pátria e a constituição desde que “fosse digna dele e do Brasil”, desencadeou vários desentendimentos entre os deputados liberais radicais e o imperador, o que levou D. Pedro a dissolver a Assembleia seis meses depois.

Após a dissolução da Assembleia, D. Pedro escolheu uma comissão de dez pessoas de sua confiança e encarregou-as de elaborar uma Constituição para o País.

Em 16 de março estava pronta, baseada no projeto que fora elaborado pela Constituinte. No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I jurou obedecer a Carta Magna que outorgava no Brasil.

A Constituição de 1824 concentrava grandes poderes nas mãos do imperador e reservava o exercício da atividade política para a classe privilegiada. A política absolutista e pró-lusitana recebeu críticas de diversas províncias.

Entre elas estava a Confederação do Equador, que estourou em Pernambuco em 1824. O estado era um tradicional centro revolucionário do País. A nova revolução teve adesão da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

O movimento revolucionário conseguiu por pouco tempo, manter um governo revolucionário. A repressão foi violenta e um dos líderes, o popular pernambucano, Frei Caneca (1779-1825), foi preso e fuzilado.

A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

D. Pedro I enfrentou grande dificuldade financeira durante seu governo. A população sofreu os efeitos da crise generalizada. O absolutismo, a violenta repressão à Confederação do Equador, os constantes empréstimos, a falência do Banco do Brasil, entre outros fatores, contribuíram para alabar o prestígio do imperador.

Depois de dez anos no governo do Brasil, D. Pedro I abdicou de seus direitos do trono brasileiro, deixando para seu filho mais velho, Pedro de Alcântara (1836-1891), que tinha pouco mais de cinco anos de idade, e só reinou mais tarde, com o título de D. Pedro II.



AS REGÊNCIAS (1831-1840)

A Constituição de 1824 determinava que o Império seria governado por uma regência. A medida foi tomada porque o imperador era menor de idade. A regência era composta por três membros, e governaria o Brasil até a maioridade do imperador.

Nesse período, governou o Império a Regência Trina Provisória (1831); a Regência Trina Permanente (1831-1835).

Em 1834 foram introduzidas algumas alterações importantes no texto constitucional (Ato Adicional), entre elas, a eleição de uma regência una, eletiva e quadrienal, além da criação de Assembleias Legislativas Provinciais.

Realizada as eleições, foi eleito o padre Antônio Feijó (1859-1917), que tomou posse em 12 de outubro de 1835.

A Regência de Diogo Antônio Feijó governou até o ano de 1837, quando depois de sucessivas crises, Feijó renunciou ao cargo de regente.

No dia 22 de abril de 1838, Pedro de Araújo Lima (1793-1870) foi escolhido como novo regente. A Regência de Araújo Lima não conseguiu afastar o clima de insatisfação reinante.

A antecipação da maioridade de D. Pedro II era apresentada como solução para a luta entre facções políticas e para as rebeldias nas províncias, pois o imperador seria um poder neutro.

A maioridade antecipada do imperador foi proclamada dia 23 de julho de 1840, perante a Assembleia Geral. Ele subiu ao trono com a idade de 14 anos e 7 meses.

No período regencial ocorreram diversas crises políticas, marcadas por rebeliões populares contra a fome e a miséria, entre elas:

- ✓ Cabanagem(1835-1840), no Pará;
- ✓ Sabinada(1837-1838), na Bahia
- ✓ Balaiada(1838-1840), no Maranhão;
- ✓ Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul.

O SEGUNDO REINADO (1840-1889)

D. Pedro II governou o Brasil durante quase meio século. O início desse período foi marcado pelas lutas partidárias pelo poder, dando origem às Revoluções Liberais de São Paulo e de Minas Gerais.

A Revolução Praieira foi outro movimento de caráter liberal que aconteceu em Pernambuco. Só a partir de 1850, o Império conheceu a fase de calmaria na política interna.

A política externa do Brasil, durante o Segundo Reinado esteve voltada para o equilíbrio sul-americano. O objetivo básico era manter a livre navegação dos rios platinos (Prata, Uruguai, Paraná, e Paraguai).

O Brasil empreendeu três campanhas políticas na região do rio da Prata no período de 1851 e 1870. Foram: a Campanha contra Oribe (Uruguai); a Campanha contra Rosas (Argentina) e a Campanha contra Aguirre (Uruguai).

ECONOMIA E SOCIEDADE NO SEGUNDO REINADO

O açúcar, o algodão, o cacau, o tabaco e a borracha representaram parte significativa da produção agrícola durante o Império. Na Região Sudeste, o café foi responsável pelo aparecimento da aristocracia do Segundo Reinado.

A abolição da escravatura, em 1888, gerou profunda crise nas zonas cafeeiras. O braço escravo começou a ser substituído pelo trabalho livre do imigrante europeu, que acentuou-se em 1848, quando ocorriam na Europa várias crises políticas.

A indústria brasileira teve grande impulso em 1844. Foram construídas estradas de ferro, estradas de rodagens, bancos, usinas de açúcar etc. Entre os empresários da segunda metade do século XIX, destacou-se o Barão de Mauá.

Brasil República

A crise do império e a consequente Proclamação da República foram decorrência direta das transformações econômicas e sociais da segunda metade do século XIX.

EXERCÍCIOS SÉRIE AULA

1.

“(…). Conquistar a emancipação definitiva e real da nação, ampliar o significado dos princípios constitucionais foi tarefa delegada aos pósteres”.

COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo; Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. P.50.

A análise acima, da historiadora Emília Viotti da Costa, refere-se à proclamação da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. A análise da autora, a respeito do fato histórico, aponta que

- a) apesar dos integrantes da elite nacional terem alcançado seu objetivo: o de romper com os estatutos do plano colonial, no que diz respeito às restrições à liberdade de comércio, e à conquista da autonomia administrativa, a estrutura social do país, porém, não foi alterada.
- b) a independência do Brasil foi um fato isolado, no contexto americano de luta pela emancipação das metrópoles. Isso se deu porque era a única colônia de língua portuguesa, e porque adotava, como regime de trabalho, a escravidão africana.
- c) caberia, às futuras gerações de brasileiros, o esforço no sentido de impor seus valores para Portugal, rompendo, definitivamente, os impasses econômicos impostos à Colônia pela metrópole portuguesa desde o início da colonização.
- d) apesar de alguns setores da elite nacional possuírem interesses semelhantes à burguesia mercantil lusitana e, portanto, afastando-se do processo emancipatório nacional, com a eminente vinda de tropas portuguesas para o país, passaram a apoiar a ideia de independência.
- e) assim como Portugal passava por um processo de reestruturação, após a Revolução Liberal do Porto; no Brasil, esse movimento emancipatório apenas havia começado e só fora concluído, com a subida antecipada ao trono, de D. Pedro II, em 1840.

2. Por onde mais se distanciava a ficção parlamentar brasileira do modelo britânico era pelo fato da subida ou da queda de um ministério depender só idealmente, entre nós, de uma eventual maioria na câmara popular.

(Sérgio Buarque de Holanda. "Do Império à República". In: *O Brasil monárquico*, tomo II, vol 5, 1985.)

O historiador refere-se ao regime monárquico brasileiro como "ficção parlamentar", porque

- a) o ordenamento político brasileiro era sustentado pelas tradições orais.
- b) os ministros podiam governar sem contar com o apoio do Parlamento.
- c) o debate de ideias políticas no país estava interdito pelo governo imperial.
- d) a manutenção de grupos dirigentes submetia-se ao exercício do poder moderador.
- e) o poder absolutista do rei proibia a constituição de partidos políticos.

3. O pastor norte-americano Pat Robertson, dono do canal de comunicação *Christian Broadcasting Network*, afirmou que a tragédia provocada pelo terremoto no Haiti, em janeiro de 2010, foi decorrente do "pacto com o diabo" que setores da população haitiana teriam feito para que o país se tornasse independente. Nas palavras do Pastor, "Os haitianos estavam sob o jugo da França. Eles se uniram e fizeram um pacto com o diabo. Disseram: 'Serviremos a ti caso nos liberte da França'".

(Adaptado de Haroldo Ceravolo Sereza, "Pastor americano atribui terremoto a 'pacto com o Diabo' e provoca protestos; país se libertou da França em 1804". *Uol notícias*. 14/01/2010. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/especiais/terremoto-haiti/ultnot/2010/01/14/ult9967u9.jhtm>. Acessado em 30/08/2017.)

A partir da leitura do texto e de seus conhecimentos, assinale a alternativa correta.

- a) A independência do Haiti foi decisiva para que o Império Brasileiro, que projetava a construção de um Estado Nação reconhecido internacionalmente, reprimisse movimentos como a Revolta Malês, em Salvador (1835).
- b) A declaração do Pastor é pautada em preconceitos em relação às práticas religiosas dos afrodescendentes no Haiti. A conquista espiritual, parte dos projetos imperialistas, garantiu a eliminação de religiões consideradas pagãs nas Américas.
- c) Colônia francesa nas Antilhas, Saint Domingue tornou-se responsável por 40% da produção mundial de cacau no século XVIII. A mão de obra empregada era majoritariamente escrava, com a exploração de africanos ou de seus descendentes.
- d) O processo de independência do Haiti foi apoiado por outras colônias, interrompendo o projeto imperialista europeu no Novo Mundo. Após 1804, os EUA conduzem as ações imperialistas na América, tornando-se a principal referência cultural no continente.



4. “Em 1828 o Brasil despontava como o maior produtor mundial de café, e, ao longo da década seguinte, os valores obtidos com sua exportação ultrapassariam o que o país amalhava com o envio de açúcar ao mercado mundial. Quase toda essa produção, ademais, vinha de uma só região. O vale do rio Paraíba do Sul, ou simplesmente Vale do Paraíba, compreendendo terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (...) No início da década de 1830, o Brasil reinava como o maior produtor mundial, bem à frente dos demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Haiti)”.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café no século XIX. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila (org.). *O Brasil Imperial, volume 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

Sobre as condições que permitiram o desenvolvimento da economia cafeeira no Império do Brasil e o domínio do mercado mundial pelo café produzido no Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- O desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba se beneficiou da grande disponibilidade de terras com sua distribuição ainda não implementada.
- A Revolução do Haiti (entre 1791 e 1804) desestabilizou a produção cafeeira da ilha, retirando-a do mercado mundial de café.
- A existência prévia de vias que cruzavam a região e de um sistema de transportes baseado em tropas de mulas, que serviram ao escoamento da produção aurífera no século XVIII, facilitou o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba em direção aos portos de exportação.
- As leis que proibiam o tráfico de escravos para o território do Império do Brasil, frutos da pressão inglesa, acabaram por beneficiar a produção cafeeira do Vale do Paraíba, uma vez que a utilização da mão de obra de imigrantes se mostrou muito mais produtiva.
- Um conflito fiscal entre Espanha e Estados Unidos na década de 1830 retirou a produção cafeeira cubana do principal mercado consumidor mundial de café à época, o mercado norte-americano.

5. “As denúncias de que o exército brasileiro ao lutar na guerra (1864-1870) era formado por escravos não são novas. Ao contrário, têm pelo menos cento e vinte anos. Seus primeiros autores foram os redatores dos jornais paraguaios da época que tratavam de menosprezar o exército brasileiro com base no duvidoso argumento de que, por ser formado por negros, deveria ser de qualidade inferior”.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. *Estudos Avançados*. v. 9, nº 24, São Paulo, May/ Aug. 1995 (Adaptado).

Sobre os negros como partícipes da Guerra do Paraguai, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- Os exércitos paraguaio, brasileiro e uruguaio tinham alguns batalhões formados exclusivamente por negros. Como exemplos, tem-se o Corpo dos Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida.
 - Na época da Guerra do Paraguai, não existiam negros escravos ou ex-escravos no exército paraguaio. A escravidão havia sido abolida no Paraguai em 1842, por Carlos López, pai de Francisco Solano López.
 - Na época da guerra (1864-1870), no Paraguai, o negro brasileiro era representado como inimigo. O exército brasileiro era o exército macacuno e seus líderes, segundo a propaganda lopizta, eram macacos que pretendiam escravizar o povo paraguaio, conduzindo-os da liberdade à escravidão.
 - Havia negros no exército brasileiro na Guerra do Paraguai, mas eles já tinham sido libertos.
- a) Apenas I e III. b) Apenas II e IV. c) Apenas I e IV. d) Apenas I, II e III.

6. Observe a imagem.

A charge faz referência ao cenário político brasileiro do fim do Segundo Reinado. O movimento republicano ganhara fôlego a partir da década de 1870 e a pressão sobre D. Pedro II se intensificou na década seguinte.

Sobre o contexto político que culminou na Proclamação da República no Brasil, é correto afirmar que

- a República foi proclamada por representantes das classes populares, insatisfeitas com as condições de vida oferecidas pelo Império.
- a abolição da escravidão aumentou a popularidade a monarquia, que tornou-se mais forte, adiando por meio século o projeto republicano.
- a Princesa Isabel, opositora do Imperador e defensora da igualdade jurídica entre brancos e negros, foi uma das principais partidárias da República.
- os comandantes das Forças Armadas, prestigiados após a vitória na Guerra do Paraguai, defenderam a monarquia em troca de melhores postos e salários.
- o movimento republicano se transformou em uma força política decisiva quando a monarquia perdeu o apoio dos cafeicultores, da Igreja Católica e dos militares.



<<http://tinyurl.com/z96ytss>> Acesso em: 14.02.2017.